

PROPOSIÇÕES



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 309/2023

Altera a Lei nº 16.633, de 24 de setembro de 2019, que determina regras para a reserva de unidades residenciais dos programas habitacionais do Estado de Pernambuco às pessoas que indica, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de promover reserva de vagas a policiais civis, militares, penais, bombeiros militares e agentes socioeducativos.

TEXTO COMPLETO

Art. 1º A Lei 16.633, de 24 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

.....

IV - 5% (cinco por cento) à policiais civis, militares, penais, bombeiros militares e agentes socioeducativos, da ativa, reserva, reformados ou aposentados. (AC)

.....

§ 5º A reserva exclusiva de que trata o inciso IV deverá ser destinada, preferencialmente, aos policiais civis, militares, penais, bombeiros militares e agentes socioeducativos lotados no local do imóvel." (AC)

"Art. 4º

.....

III - possuir renda mensal não superior a 1 (um) salário mínimo vigente, excetuados os casos descritos no inciso III do art. 1º desta Lei. (NR)

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após 90 dias da data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que modifica a Lei nº 16.633, de 24 de setembro de 2019, que determina regras para a reserva de unidades residenciais dos programas habitacionais do Estado de Pernambuco às pessoas que indica, de autoria da Deputada Gleide Ângelo.

Nossa proposição tem como objetivo ampliar o escopo da referida lei, criando reserva de vagas em programas habitacionais para policiais civis, militares, penais, bombeiros militares e agentes socioeducativos. Essa medida visa garantir o direito fundamental à moradia a profissionais que lutam diariamente pelo bem comum do povo pernambucano, e muitas vezes sofrem com habitação em ambientes hostis, pouco seguros e sem conforto.

Entendemos que é imprescindível o esforço conjunto entre as autoridades governamentais para promover cada vez mais o acesso destes profissionais à moradia digna, segurança pessoal e maior qualidade de vida, uma vez que se expõem diariamente a elevados riscos em prol de toda a sociedade.

Tendo em vista se tratar de projeto simplesmente alterador de lei já existente, inclusive de autoria parlamentar, fica nítido que não há qualquer vício de constitucionalidade ou antijuridicidade na proposição, devendo assim ser aprovada na íntegra.

HISTÓRICO

[01/03/2023 10:51:10] ENVIADO P/ SGMD
[01/03/2023 12:05:50] RETORNADO PARA O AUTOR
[01/03/2023 12:14:37] ENVIADO P/ SGMD
[01/03/2023 13:50:43] ENVIADO PARA COMUNICAÇÃO
[01/03/2023 17:11:31] DESPACHADO
[01/03/2023 17:12:00] EMITIR PARECER
[01/03/2023 17:23:32] ENVIADO PARA PUBLICAÇÃO
[02/03/2023 08:30:54] PUBLICADO
[28/02/2023 11:47:03] ASSINADO
[28/02/2023 11:49:17] ENVIADO P/ SGMD
[28/02/2023 15:14:43] RETORNADO PARA O AUTOR

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

STATUS		
Situação do Trâmite:		PUBLICADO
Localização:		SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA (SEGMD)
TRAMITAÇÃO		
1ª Publicação:		02/03/2023
1ª Inserção na O.D.:		D.P.L.: 9

Esta proposição não possui emendas, pareceres ou outros documentos relacionados.

FONE
(81) 3183-2211

E-MAIL
ouvidoria@alepe.pe.gov.br



Rua da União, 397, Boa Vista, Recife,
Pernambuco, Brasil, CEP: 50050-909
CNPJ: 11.426.103/0001-34
Inscrição Estadual: Isenta